



O Presidente Samora Machel, quando discursava on'ém na sessão de abertura

7/11/84

# Unidade do lar unidade nacional

A unidade num lar recém-constituído consolida a própria unidade, nacional, conforme sublinhou o Presidente Samora Machel, ao abordar ontem a problemática dos divórcios, particularmente nas cidades do nosso País.

O Chefe do Estado fez uma análise da actual situação da formação e estabilidade da família, realçando que é necessário ler em contra a nossa realidade, porque mais de 90 por cento dos casamentos no nosso País não se realizam no Registo Civil, mas sim através de ritos tradicionais, religiosos ou por simples uniões de facto.

«A preparação de um casamento sólido à partida, a participação da família na consolidação do lar recém-constituído, contribuem para reduzir o número de divórcios, que hoje são um grave problema na nossa sociedade» — frisou o Presidente da República.

## SOLUÇÃO DO PROBLEMA

No seu discurso, o Chefe do Estado disse que o divórcio é um factor de desestabilização e de desagregação que atinge toda a sociedade e não apenas o casal afectado. As causas do divórcio são várias, umas mais profundas e graves, outras superficiais.

«Quer num — adiantou — quer noutro caso, devemos considerar como instrumento importante para a solução

dessas contradições e conflitos entre o casal, o método da persuasão que leve à reconciliação.

A dissuasão do divórcio é, em primeiro lugar, dever e responsabilidade dos pais dos cônjuges. A eles compete fazer todos os esforços para salvar o casamento, para salvar o lar. Se a reconciliação, a este nível, não for possível, a responsabilidade torna-se extensiva aos familiares directos e, depois aos amigos dos cônjuges» — afirmou o Presidente Samora Machel.

Acentuando este ponto de vista, o Presidente Samora Machel disse que em breve seriam criados mecanismos para que nenhum casamento seja desfeito pelo Estado no Registo Civil, ignorando-se os pais de cada um dos cônjuges, acrescentando que a OMM tem um papel importante na sensibilização do envolvimento dos familiares e amigos nestes casos.

«Só em casos extremos e não havendo outra solução, o divórcio acaba por se revelar a solução justificada do rompimento da união matrimonial. Nestes casos, é necessário tomar em devida consideração os direitos dos filhos. Eles são o nosso futuro e, como tal, tem que ser garantido o seu crescimento são» — disse o Chefe do Estado.

Referiu-se, depois, aos direitos dos menores, afirmando que o Estado exige que as famílias assumam as responsabilidades que derivam dos seus laços de sangue ou de afinidade»